

Estudo Técnico Preliminar 2/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23067.004195/2024-73

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal do Ceará (UFC) vem adotando há vários anos o modelo de gestão de frota de veículos, com utilização de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de frota, via internet, com utilização de cartão magnético, gerando, entre os fatores já mencionados, maior celeridade, fiscalização, controle dos gastos, eficiência e economia pra Administração Pública.

A experiência com o respectivo modelo de contratação, vem atendendo satisfatoriamente está Superintendência, sem ocorrências relevantes que comprometam sua execução. Entretanto, os contratos atuais de abastecimento (23067.007916/2023-16) e manutenção (23067.021722/2022-42) não possui um valor de teto adequado a necessidade a Universidade, dessa forma os valores do contrato (mais aditivo) serão consumidos antes do final dos respectivos contratos

Com demanda de serviços em campo para execução, acompanhamento, fiscalização, aulas e viagens, os 62 veículos da instituição precisam de abastecimento de combustível para a sua efetiva operação.

O modelo de contratação através de um sistema de gerenciamento já é utilizado em todo Brasil, por vários órgãos da Administração Pública Federal. Assim, ratificamos, pela própria experiência com o modelo do contrato atual, que a unificação dos respectivos serviços, na forma de utilização dos cartões eletrônicos, possibilita maior celeridade, fiscalização e controle dos gastos. Como se pode ver, tal modalidade de contrato é uma tendência de crescente utilização em órgãos públicos do Poder Executivo, na administração direta e indireta, bem como nos demais poderes da República.

Portanto, objetiva essa contratação a centralização do serviço de abastecimento e manutenção, para proporcionar um controle mais eficiente, uniforme e completo, permitindo respostas rápidas às demandas existentes. A contratação em tela visa alcançar, por meio de controle eletrônico, o necessário controle de gastos públicos, respeitando todos os princípios constitucionais e morais que regem a administração pública, e obtendo o controle padronizado sobre a manutenção e abastecimento dos veículos.

O tema "contratação de gerenciamento de frota" pela Administração Pública Federal foi objeto de análise por parte do DEPCONSU/PGF/AGU, por meio do Parecer 02/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, que desta forma definiu os serviços da contratação pretendida:

1. DA DEFINIÇÃO

6. Antes de apresentar os problemas suscitados na chamada contratação do serviço de gerenciamento de frotas, é preciso fixar o que se entende por tal serviço, de modo a bem situar a questão suscitada. Para tal mister, emprestam-se aqui algumas linhas escritas por *jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Restelatto Dotti* em elucidativo artigo sobre o tema:

É o que se vê ocorrer com a contratação de empresa privada para o gerenciamento do veículos do serviço público. O novo modelo propõe-se a modernizar os mecanismos de particulares que se desdobram em dois níveis - o da gerência da prestação e o da execução da prestação

7. Retira-se da definição acima que o elemento marcante nesse tipo de contratação é a intermediação; em vez de a Administração licitar diretamente a aquisição de combustível de um posto ou a manutenção de veículos de uma oficina, utiliza-se da intermediação de uma empresa, a qual ficará incumbida de duas coisas: gerenciar a prestação dos serviços (abastecimento e manutenção) e fornecer esses serviços por meio de rede credenciada de postos e oficinas.

8. Em outro trecho do artigo supracitado tem-se um melhor delineamento do que é, em termos práticos, o gerenciamento de frotas:

Trata-se, nesse modelo, de a Administração Pública transferir a empresa privada especializada, vencedora de licitação, o gerenciamento de sua frota por meio de um sistema informatizado, cujo encargo principal é o de cuidar da manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, mão de obra e transporte por guincho. Manutenção e fornecimento esses a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas localizadas em âmbito estadual, regional ou nacional, ou seja, a empresa especializada contratada pela Administração gerencia a prestação de serviços a serem

executados por outras empresas. Há, portanto, duas ordens de relações jurídicas: a que se estabelece entre a Administração e a empresa gerenciadora e a que esta estabelecerá com as empresas executoras, em sistema de rede.

9. São, portanto, duas contratações em um só procedimento: a gestão dos serviços prestados e os próprios serviços. Aqui fica mais fácil perceber a característica singular desse tipo de contratação: a existência de intermediação. A empresa contratada nada mais é do que uma intermediária entre a Administração e o prestador dos serviços. Contrata-se, portanto, o serviço de intermediação (gestão) e os serviços realmente prestados (abastecimento, manutenção, guincho etc).

10. Não se trata, a rigor, de uma novidade, dada a existência de outras contratações que se utilizam dessa mesma sistemática, como a intermediação das agências de viagem na aquisição de passagens aéreas, a intermediação de empresas na aquisição de jornais e revistas e a intermediação de rede de cartões no fornecimento de alimentação por meio de cartões vale-refeição. Em todos os casos, o que se quer é uma utilidade, utilizando-se do meio mais adequado para tanto. No caso do gerenciamento de frota, é preciso que os automóveis de determinado órgão público mantenham-se funcionais, prestando-se à finalidade para a qual integram o patrimônio da Administração: o transporte.

11. Para fechar o tópico, o essencial aqui é apreender que o que se chama de gerenciamento de frota, na verdade, caracteriza-se como uma intermediação entre a Administração Pública e o efetivo prestador de serviço, contratação no âmbito da qual fica o intermediário (empresa credenciadora) responsável pela consolidação de dados sobre a gestão da frota veicular. - sem grifos no original.

A contratação pretendida está de acordo com o planejamento estratégico da UFC uma vez que é prevista a contratação de empresa de gerenciamento de manutenção e abastecimento para sua frota de veículos. Trata-se de serviço comum. Portanto, aplica-se a modalidade Pregão, na forma Eletrônica. A licitação deverá ser julgada pelo tipo Menor Preço. Ressaltamos que estes estudos preliminares tem observância as disposições do Art.24 da IN SEGES/MP nº 05/2017, e as diretrizes do Anexo III do respectivo ato normativo.

Entende-se que o objeto da licitação não é divisível, considerando que o objeto a ser contratado é a prestação de serviços de Gerenciamento de Frota, ou seja, uma intermediação entre a Administração Pública e o efetivo prestador de serviço. Portanto, será licitado em único item, uma vez que uma única empresa será responsável pela administração e o gerenciamento, através de estabelecimentos próprios ou sua rede credenciada, não havendo prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, e nem restrição ao caráter competitivo da licitação, considerando existirem diversas dessas empresas no mercado, conforme aponta a própria pesquisa de preços nos autos, e os pregões realizados pelo governo federal através do portal de compras governamentais, oferecendo soluções completas e integradas para o gerenciamento em epígrafe.

Por fim, é nosso entendimento ter sido demonstrado a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015. Como benefício resultante da contratação, espera-se melhor controle e preservação desses bens patrimoniais (veículos), a segurança dos seres humanos no exercício de suas funções, e os benefícios às comunidades assistidas, resultando na execução das atividades de suporte e finalísticas da UFC.

Além disso a contratação pretendida é vantajosa e uma alternativa viável para obtenção de maiores benefícios ao menor custo possível, ressaltando que a continuidade desse serviço é essencial e indispensável para o desenvolvimento das atividades da instituição, seja na área de suporte administrativo, seja nos serviços de titulação e fiscalização, para o cumprimento de metas estabelecidas pelo Governo Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Atividades Gerais (DAG)	Fabício da Rocha Leite
Divisão de Transporte (DVTRAN)	Gilderlanio Barbosa Alves Palacio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá dispor de ampla rede de oficinas e postos conveniados na região nordeste e em especial no estado do Ceará, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: abastecimento, lubrificantes e filtros.

A rede credenciada deverá atender a demanda dos serviços de abastecimento e manutenção. Os critérios objetivos encontra-se no termo de referência

Conforme necessidade da contratante, e sem qualquer ônus a ela, a contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da solicitação pelo Gestor do contrato.

A contratada deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede credenciada da contratante objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo, entre outros itens, a estrutura física, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra especializada, localização, horários de funcionamento, presteza no atendimento, etc.

O fornecimento dos serviços será realizado somente a pessoas autorizadas pela UFC e nos veículos oficiais, locados e cedidos, previamente cadastrados.

A Contratada deverá providenciar treinamento de todos os envolvidos na fiscalização do contrato e usuários designados para utilização da solução proposta, a serem realizados nas instalações da UFC em Fortaleza, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários, por meio eletrônico, podendo ser prorrogado, por solicitação da contratada, após análise da motivação pela Administração.

A Contratada deverá oferecer novo treinamento, sem ônus para a Contratante, sempre que ocorrer qualquer alteração no sistema e/ou houver necessidade durante a vigência do contrato;

Será considerado como USUÁRIO toda pessoa, a critério da Contratante, que utilizar o sistema de Gerenciamento de Frotas, ao qual a Contratada disponibilizará todo o treinamento necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecerá senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso.

A Contratada deverá tornar disponível à Contratante um sistema em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

Sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais; sistemas Tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de abastecimento; utilização de logística especializada de rede, com amplo número de postos de combustíveis em todo o território nacional com critérios objetivos no Termo de Referência; banco de dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos abastecimentos executados; fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados por tipo de combustível; faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra; sistema tecnológico que possibilite a visualização dos saldos para plataforma da SR e de cada unidade descentralizada no respectivo abastecimento da frota; sistema tecnológico que permita distribuir saldos individuais para plataforma da SR e suas unidades descentralizadas;

O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida do veículo e, a cada operação: número de identificação da ordem de serviço; número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante; Identificação do veículo (tipo de frota e placas); modelo do veículo; centro de custo; data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço; data e hora de início e fim do abastecimento do veículo; tipo de serviço; identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula); quilometragem do veículo no momento da execução do serviço; descrição dos serviços executados; valor total de mão de obra; tempo de garantia dos serviços realizados; valor total da operação; descrição sumariada da operação; razão social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço; número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor; custo por Km rodado;

Todos os dados acima deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados, possibilitando a sua extração por um **período mínimo de 12 meses**.

Os serviços de abastecimento e manutenção deverão ser executados utilizando-se dos materiais conforme disposto neste Termo de Referência.

A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

Considerando que o contrato em vigência encerrará em 03/09/2022, a efetiva implantação do sistema de gerenciamento de abastecimento dos veículos, deverá dar-se num prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do novo contrato (subitem 2.5, a, a.1, do anexo V da IN SEGES/MP nº 02/2017), incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à contratante, podendo ser prorrogado, por solicitação da contratada, após análise da motivação pela Administração;

Os equipamentos e softwares necessários para execução do contrato, deverão ser instalados no Campus do Pici - Pici, Fortaleza - CE, 60020-181.

A contratada deverá disponibilizar cartões eletrônicos individualizados disponibilizar em quantidade equivalente à frota de veículos, habilitados para os serviços dos veículos, que deverão conter a identificação da CONTRATANTE: identificação do veículo (placa, modelo, órgão, no que couber). Os cartões deverão ser entregues ao Gestor do contrato, nesta Instituição, devidamente acompanhados das senhas de utilização, observado o prazo de 15(quinze) dias, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por solicitação da contratada, após análise da motivação pela Administração;

A contratada deverá disponibilizar material de treinamento dos usuários que farão o controle do sistema disponibilizado pela CONTRATADA;

A contratada deverá disponibilizar Códigos de usuário e Senhas para que a equipe de fiscalização possa acessar a plataforma web.

Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado da UFC, mediante opções de execução oferecidas (menus).

A Contratada deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso a sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da Contratante no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços de abastecimento dos diversos tipos de veículos da UFC.

No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados.

A Contratada deverá ter disponíveis sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, ampla rede credenciada.

A Contratada tornará disponível o acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, cadastrando todos os veículos que a integram;

O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificando toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas;

O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a quatro horas;

Será considerado como USUÁRIO a(s) unidade(s) administrativa(s) determinada(s) pela contratante, sendo designado(s) servidor (es) responsável(eis) pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do órgão fiscal;

Os postos da rede conveniada pela Contratada deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e de combustível e óleos lubrificantes;

Os estabelecimentos da rede credenciada da Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, data e hora da transação, identificação da credenciada (Nome e Endereço); Identificação do veículo(placa); Hodômetro do veículo no momento da operação; Valor da operação.

Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelos postos conveniados pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação pela fiscalização do contrato, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso. Na prestação dos serviços de troca de óleo e filtro, a credenciada deverá:

Devolver os veículos para contratante em perfeitas condições de funcionamento;

Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela UFC;

Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados entre a UFC e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização expressa da UFC;

Atender com prioridade as solicitações da contratante referente à execução dos serviços;

Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização da UFC, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela UFC;

Executar os serviços mediante prévia autorização e por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS - via internet, aprovada pela UFC, por intermédio do sistema de gerenciamento informatizado;

Nos serviços de troca de óleo e filtro deverá ser feito dentro de um prazo definido pela fiscalização do contrato, as peças substituídas e os serviços recusados pela CONTRATANTE por execução com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou, decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

A CONTRATADA deverá fornecer à UFC no mínimo três orçamentos dos serviços de troca de óleo e filtro a serem executados no veículo, informando a relação da marca dos produtos, a quantidade, bem como o de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, para aferição do menor preço, vantajoso para a Administração, e aprovação da fiscalização do contrato.

Nos termos do Acórdão TCU/Nº 2354/2017, diante dos orçamentos apresentados pela contratada(serviços/peças, materiais e acessórios), a fiscalização do contrato realizará pesquisa de preços, podendo utilizar como parâmetro as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa/SLTI/MPOG/nº 73/2020, verificando se o menor valor do orçamento apresentado pela contratada, encontra-se dentro dos preços praticados no mercado, vantajoso para a Administração, inclusive em relação a tabela de preços da montadora do veículo.

Os serviços somente poderão ser executados após análise do orçamento detalhado, apresentado pela Contratada;

Os serviços somente poderão ser executados após a respectiva autorização pela fiscalização do contrato, designado pela contratante.

A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a fiscalização do contrato serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

Durante a execução do contrato, a contratante poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência.

Por solicitação do Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá substituir em prazo definido pelo mesmo os cartões magnéticos que:

- a) Tenham perdido a validade;
- b) apresentarem defeito que impeça a sua utilização;
- c) tenham sido extraviados.

O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de cartões em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas resultantes da implantação do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes, bem como dos equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para a UFC, sem qualquer ônus.

Os equipamentos e softwares de gerenciamento da frota devem permitir a parametrização de cartões e emissão de relatórios gerenciais de controle das despesas de abastecimento nos veículos da frota.

A contratada deverá fornecer para cada veículo um cartão único, parametrizado, vinculado à placa, de forma que impeça o abastecimento do veículo sem o uso deste, mesmo que seja com cartão vinculado a outro veículo da frota da UFC.

A contratante fornecerá à contratada, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, contendo os seguintes dados: Placa; marca; tipo; chassi; combustível; ano de fabricação; capacidade do tanque; hodômetro; nome e registro funcional dos condutores.

O sistema deverá permitir o fornecimento de 1(um) cartão não vinculado para a UFC, o qual permanecerá em poder do gestor do contrato, para atender veículos oficiais oriundos de outras unidades da UFC.

De acordo com a necessidade, poderá ser solicitado pelo Gestor do contrato à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração.

A CONTRATADA deverá ainda disponibilizar senhas pessoais aos condutores, de modo a identificá-los por ocasião da realização dos serviços de abastecimento, bem como fornecer novas vias dos cartões.

A CONTRATADA deverá fornecer novas vias de cartões, sem custo para a UFC, sempre que for solicitado pelo GESTOR do contrato.

A CONTRATANTE poderá estabelecer para cada veículo da sua frota um limite de utilização do cartão que não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Administrador do Contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos componentes da frota da contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais;

A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da Administração da UFC.

A CONTRATADA deverá aplicar as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 2354/2017, dentre elas:

Previsão nos orçamentos de data de início e de término dos serviços; e

Os serviços visam manter o funcionamento das atividades finalísticas deste órgão, de modo que sua interrupção comprometeria a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (ver TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara). O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público.

Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O PARECER/PGFN/CJU/Nº 690/2007, datado de 09/04/2007, forneceu amparo jurídico no âmbito do MF para ultrapassar o exercício financeiro (31 de dezembro) em serviços continuados, citando, inclusive, licitações do MPOG e do TCU que não observaram tal limite; b) o item 3 do Anexo IX da IN nº 05/2017 não mais limita a duração inicial dos contratos de serviços continuados ao exercício financeiro (31 de dezembro); c) o TCU já manifestou entendimento em diversas ocasiões que não há necessidade de observância do dia 31 de dezembro como limite do prazo de vigência inicial dos contratos de serviços continuados, nem de fixar o prazo inicial em 12 meses; vide, por exemplo, Decisão nº 25/2000 – P; Decisão nº 586/2002 – 2ª Câmara(o mais explícito de todos); Acórdão nº 1.191/2005 – Plenário e Acórdão nº 361/2006 – Plenário.

Conforme os estudos preliminares nos autos, com observância as informações contidas no “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio “http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/400787”, a CONTRATADA e sua rede credenciada deverão atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pela Lei nº 12.305/10, pela IN/SLTI/MPOG/nº 01/2010, art. 3º da IN/SLTI/MPOG nº 02/2014(uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE). Além disso, a mesma deverá credenciar, preferencialmente, estabelecimentos que estejam plenamente adequados as respectivas normas e as demais correlatas, inclusive, referente ao descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós consumo e demais produtos e serviços relacionados ao objeto deste Termo de Referência(artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005):

a) Os produtos comercializados pela contratada e sua rede credenciada devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, conforme o caso;

b) Devem ser observados também os requisitos ambientais (certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Os produtos comercializados pela contratada e sua rede credenciada não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados(PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

d) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

e) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

f) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

g) Não permitir ao estabelecimento credenciado, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados.

h) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

i) Os estabelecimentos credenciados deverão providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

j) As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

k) Os estabelecimentos credenciados deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

É responsabilidade da CONTRATADA orientar e fiscalizar que os estabelecimentos credenciados ofereçam materiais, equipamentos, insumos e serviços de acordo com os critérios de sustentabilidade exigidos em lei e regulamentos do CONAMA..

Será dispensada a fase de transição contratual para transferência de conhecimento, visto que as rotinas de trabalho podem ser bem definidas e repassadas pela Equipe de Fiscalização, no momento do início do contrato.

Declaração do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após lances, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Na fase de assinatura do contrato serão designados, por Ordem de Serviço, os servidores com capacitação, para exercerem a gestão e fiscalização do mesmo.

5. Levantamento de Mercado

As organizações públicas têm o dever de atuar em estreito relacionamento com as políticas definidas pelo Governo Federal. No que se refere à gestão dos serviços de natureza continuada, os princípios e os fundamentos formulados pelo governo têm como sustentação a correta utilização de recursos de infraestrutura.

Este tipo de modelo de contratação está atualmente presente em uma grande parte da administração pública, visto o alto grau de eficiência na prestação dos serviços. Ainda, não se pode esquecer que a Administração Pública tem o dever de buscar, sempre, a solução mais adequada, sob a ótica da eficiência e da economicidade, para satisfazer plenamente a sua necessidade.

O modelo que se propõe possibilita que a administração pública, ao invés de licitar a contratação de postos, contrate por meio de licitação, uma empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada de postos de combustíveis.

Pelo que se observa, além da vantagem decorrente do menor custo, também traz à Administração outros benefícios aptos a torná-

la mais eficiente. Segundo Jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Restelao Dotei, o modelo pretende garantir à Administração:

- (a) gerenciamento de sua logística por empresa especializada em gestão a propiciar presumível ganho de eficiência;
- (b) padronização dos serviços prestados;
- (c) atendimento tempestivo das demandas, em especial quando os deslocamentos de veículos entre pontos diversos;
- (d) pronta disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade;
- (e) redução ou mesmo supressão, do uso constante de suprimentos de fundos.

O modelo também almeja evitar que a Administração Pública delimite, no instrumento convocatório da licitação, o perímetro em que deva estar localizado as oficinas que prestarão os serviços, já que a existência de oficinas credenciadas, sediadas em diversas localidades, supre tal exigência.

No que tange à escolha de uma contratação através de gerenciamento de frota, em detrimento à tradicional, trazemos à baila algumas ponderações. Para o cumprimento total das obrigações institucionais da UFC, o abastecimento de veículos, devem garantir patamares cada vez mais altos de qualidade e acessibilidade, pois a frota necessita desse tipo de serviço em diferentes pontos do país, por intermédio de estabelecimentos capacitados e qualificados.

A utilização de uma contratação tradicional, em que se firma uma relação apenas com um ou alguns estabelecimentos, inviabiliza sobremaneira as ações da UFC em nível regional.

Nesse sendo, a contratação de empresa para atendimento das demandas em nível regional, através do gerenciamento de frota veicular, proporcionará agilidade e mobilidade às operações realizadas pela UFC.

O procedimento permite que o agente público autorizado, efetue abastecimento do veículo em quaisquer postos credenciadas pela empresa vencedora da licitação, utilizando um cartão magnético. A empresa contratada, por sua vez, deve apresentar relatórios de uso, o preço praticado e a identificação da posto que realizou o serviço.

Justifica-se, esse tipo de contratação, em razão do grande número da frota de veículos da UFC, os constantes deslocamentos para os municípios do estado do Ceará e outros estados da federação, requerendo eventualmente abastecimento onde quer que o veículo se encontre, tendo em vista, esta regional não fazer uso do suprimento de fundos para atendimento das respectivas despesas, sendo necessário, assim, fazer uso do modelo de contratação por meio de uma intermediação (gerenciamento), resultando na eficiência e na economicidade que o novo modelo poderá trazer para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de gestão da frota de veículos, com utilização de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de frota, via internet, com utilização de cartão magnético ou microprocessado, para os serviços de abastecimento e manutenções, através de rede de estabelecimentos próprios ou credenciados, para atendimento as demandas da UFC, na utilização de sua frota de veículos oficiais, locados e cedidos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A projeção das quantidades a serem contratadas tomou como referência o último processo de licitação (23067.007916/2023-16 e 23067.021722/2022-42) para os itens: combustíveis, fornecimento de óleos e lubrificantes, e manutenção. Considerando que a contratação anterior revelou-se insuficiente para atender plenamente a demanda da Universidade ao longo de um ano, a equipe de planejamento estima que, em consonância com o dinamismo do crescimento da demanda por combustíveis e serviços de manutenção, a nova quantidade necessária deverá ser 100% maior do que a atualmente estabelecida nos contratos vigentes. Essa projeção leva em conta não apenas a necessidade de contemplar novos veículos (23067.046195/2023-60), mas também possíveis aumentos na demanda de deslocamento e flutuações nos preços dos combustíveis.

A definição dos valores unitários por litro dos combustíveis foi feita utilizando a média de preço do combustível emitida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) para o estado do Ceará. O valor da demanda de fornecimento de óleos e lubrificantes foi estimada calculando a média dos valores pagos no atual contrato para todos os veículos da UFC (carro, vans, micro-ônibus, ônibus, motos e tratores), portanto, os valores apresentam um valor de referência para o preço unitário. Por sua vez o valor da demanda de manutenção foi calculado utilizando o valor da contratação anterior (23067.021722/2022-42) acrescentados da taxa de 100%. Dessa forma, os valores apresentados no item 8 funcionarão como uma reserva de valor, uma vez que o serviço efetivamente pago será aquele que foi realmente prestado, aplicando-se a taxa de desconto que será licitada.

ITEM	DESCRIÇÃO	DEMANDA ESTIMADA em Litros/ Unidade	
		MENSAL	ANUAL
1	Diesel (l)	6.962	83.544
2	Gasolina (l)	906	10.872
3	Manutenção (un)	206	2472

8. Estimativa do Valor da Contratação

A tabela abaixo apresenta a estimativa do valor da contratação. A taxa de desconto utilizada é de 1,55% (mediana) devido a um grande desvio padrão de uma das pesquisas utilizadas (Sei nº 4760235)

ITEM	DESCRIÇÃO	DEMANDA ESTIMADA em Litros		PREÇO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO (A)		TAXA DE DESCONTO (B)	VALOR ESTIMADO APÓS DESCONTO (C=A*B)
		MENSAL	ANUAL		MENSAL	ANUAL		
1	Diesel	6.962	83.544	R\$ 5,94	R\$ 41.354,28	R\$ 496.251,36	1,55%	R\$ 488.559,46
2	Gasolina	906	10.872	R\$ 5,90	R\$ 5.345,40	R\$ 64.144,80	1,55%	R\$ 63.150,56
3	Manutenção	206	2472	R\$ 319,46	R\$ 65.808,76	R\$ 789.705,12	1,55%	R\$ 777.464,69
TOTAL					R\$1.350.101,28		1,55%	R\$ 1.329.174,71

VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO: **R\$ 1.329.174,71** (um milhão e trezentos e vinte e nove mil e cento e setenta e quatro reais e setenta e um centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a especificidade do objeto a ser licitado, entendemos que não cabe o parcelamento do mesmo, e sim realizá-lo em um único grupo referente a prestação de serviços, em razão de tratar-se de uma intermediação entre a Administração Pública e o efetivo prestador de serviço, contratação no âmbito da qual fica o intermediário (empresa credenciadora) responsável pela consolidação de dados sobre a frota veicular, possibilitando maior celeridade, economia, fiscalização e controle dos gastos.

Na solução integrada a ser contratada, a combinação entre o atendimento ao imperativo da eficiência logística e da vantagem econômica seria buscada mediante a prospecção, em contexto de ampla competitividade, de proposta que ofereça a necessária conveniência do gerenciamento integrado com os menores custos pelo fornecimento dos serviços em questão, gerando uma maior eficiência do controle dos serviços de abastecimento dos veículos, evitando assim contratos com serviços de abastecimento em apenas um posto.

O objetivo é contratar uma única empresa, a qual será responsável pela gestão da frota de veículos, não havendo prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, e nem restrição ao caráter competitivo da licitação. Vale destacar que há no mercado várias empresas que oferecem soluções completas e integradas para gestão de frotas, de modo a manter a competitividade necessária à disputa. Ressaltamos também a realização de várias licitações no modelo que propomos. Entendemos não haver vantagem para a Administração, no parcelamento ou individualização do objeto em epígrafe.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- Contrato de motoristas terceirizados que conduzem veículos de nossa frota (23067.001065/2023-06).
- Contrato de abastecimento (23067.007916/2023-16).
- Contrato de manutenção veicular (23067.021722/2022-42).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o proposto pelo PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2023-2027, elaborado em 2022, no Eixo Infraestrutura - UFC Infra, dentro do programa: Infraestrutura predial e urbanística, a ação 13 tem como objetivo : "Melhorar o serviço de transporte da universidade por meio de soluções no processo de contratação, atendendo as especificidades do setor público". O presente estudo encontra-se em consonância com o PDI, visando o cumprimento da missão organizacional, considerando a temporalidade das suas ações e a disponibilidade e restrição de recursos humanos, financeiros, físicos, de suas interações internas e externas e dos resultados que delas são esperados.

12. Resultados Pretendidos

O abastecimento e a troca de óleos e lubrificantes são imprescindíveis para que os mesmos funcionem satisfatoriamente e atendam adequadamente às necessidades do que nos propomos a executar em benefício da coletividade, enquanto serviço público, buscando sempre a melhoria dos serviços prestados por este órgão, para o alcance e sucesso da atuação administrativa, sendo essenciais para o funcionamento das atividades administrativas e técnicas da Autarquia, o gerenciamento de tal serviço não pode sofrer interrupção da continuidade.

A interrupção ou a falta do serviço, resultaria prejuízos com paralisação dos serviços prestados para a sociedade. Buscando sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades meio e apoio operacional. Sendo assim, a terceirização dos referidos serviços tem sido o meio mais adequado para atingirmos a meta desejada, pois, busca-se desta forma o atendimento dos princípios da economicidade, bem como, um elevado padrão na satisfação do interesse público.

São inúmeras as vantagens que esse modelo de contratação oferece, tais como:

1. Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes;
2. Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);
3. Flexibilidade do sistema de abastecimento por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;
4. Agilidade nos procedimentos;
5. Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
6. Obtenção de informações sobre os serviços de abastecimento e troca de óleos e lubrificantes em tempo hábil para tomada de decisão;
7. Redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios;

A contratação de empresa especializa para o Gerenciamento da frota de veículos, por meio de cartão eletrônico, reduziria os custos, e proporcionaria um melhor controle orçamentário e financeiro.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de adoção de providências de adequação para a solução ser contratada e o serviço prestado, uma vez que a infraestrutura atual desta Autarquia, oferece condições para execução e gestão do contrato em vigência, do mesmo objeto a ser licitado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Existe possibilidade de impactos ambientais nessa contratação, por isso são previsto medidas de sustentabilidade ambiental nos requisitos da contratação, com vistas a minimizar estes efeitos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O estudo conduzido para a escolha da empresa encarregada do gerenciamento de manutenção e abastecimento enfatizou a solidez da solução proposta, respaldada pelo reconhecimento de diversos fatores que confirmam a eficácia e pertinência da abordagem estudada. Dentre esses elementos, merece destaque a minuciosa análise das necessidades específicas da operação da Universidade, evidenciando uma notável convergência com as capacidades e recursos oferecidos pela solução a ser contratada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILDERLANIO BARBOSA ALVES PALACIO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/02/2024 às 20:27:44.